



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13962.000013/00-16  
Recurso nº : 127.710  
Acórdão nº : 202-16.011

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
De 11/08/05

VISTO

*[Assinatura]*

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : METALÚRGICA SIEMSEN LTDA.  
Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
BRASÍLIA 12/01/05  
*[Assinatura]*  
Branca  
VISTO

IPI. RESSARCIMENTO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.  
Não é cabível a atualização monetária de créditos apurados na  
escrituração fiscal, conforme vasta jurisprudência deste  
Conselho e do Superior Tribunal de Justiça.  
Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**METALÚRGICA SIEMSEN LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de  
Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2004

*[Assinatura]*  
Henrique Pinheiro Tóres

Presidente

*[Assinatura]*  
Dalton Cesar Cordeiro de Miranda  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Gustavo Kelly Alencar, Raimar da Silva Aguiar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski, Jorge Freire e Nayra Bastos Manatta.

cl opr



Processo nº : 13962.000013/00-16  
Recurso nº : 127.710  
Acórdão nº : 202-16.011

|                         |
|-------------------------|
| MIN. DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFERE COM O ORIGINAL  |
| BRASÍLIA 12/01/05       |
| <i>Brumaca</i>          |
| VISTO                   |

2º CC-MF  
FI.

Recorrente : METALÚRGICA SIEMSEN LTDA.

## RELATÓRIO

Por bem parcialmente descrever a discussão travada neste processo administrativo, adoto o relatório do Acórdão DRJ/POA nº 3.868/2004, de fls. 818/821:

“1. O estabelecimento industrial acima qualificado protocolou, em 14 de fevereiro de 2000, o pedido de restituição de IPI, (fl. 01), no valor de R\$ 3.446.930,03, valor correspondente à correção monetária de saldo credor de IPI referentes aos períodos de apuração compreendidos entre novembro de 1991 e setembro de 1999. Anexou também arrazoado com os fundamentos de fato e de direito que justificam seu pedido (folhas 3 a 15), planilhas de cálculos (folhas 16 a 20), cópias dos livros de registro de apuração do IPI (folhas 33 a 563) e pedidos de compensação (folhas 567 a 718).

1.2. A DRF-Blumenau indeferiu o pedido por carência de previsão legal, por meio do Despacho Decisório das folhas 715 a 720, ilustrando-o com coleção de ementas do Segundo Conselho de Contribuintes, do STJ e do STF.

2. Regularmente intimado do Despacho Decisório (AR na folha 731), o interessado apresentou, tempestivamente, a manifestação de inconformidade das folhas 789 a 798, subscrita por procurador devidamente habilitado nos autos (instrumento de mandato nas folhas 799 a 801). Os argumentos de defesa estão sintetizados na continuação.

2.1 Preliminarmente, clama pelo desentranhamento dos autos dos documentos que cita na folha 790, que, segundo alega, não condiziam com o mérito do presente processo. Ainda em sede de preliminar, acena com a prescrição do § 2º do artigo 35 da IN – SRF n.º 210, de 2002, para afirmar que a propositura de sua manifestação de inconformidade teria o condão de suspender a exigibilidade dos débitos tributários opostos em compensação dos créditos cuja restituição foi indeferida.

2.2 Em seguida, sintetizando os fatos e enfrentando o mérito, disse surpreendido pela decisão da DRF-Blumenau, transcrevendo excertos. Fala de deturpação do princípio constitucional de igualdade e da isonomia, de enriquecimento sem causa do ente arrecadador, trazendo à colação ementas de decisões do STJ. Rechaça o argumento de falta de previsão legal, afirmado que o artigo 97, § 2º, do Código tributário Nacional prevê a correção monetária dos tributos. Conclui, requerendo o acolhimento de suas razões, para que seja autorizada a restituição requerida e a compensação proposta.”



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13962.000013/00-16  
Recurso nº : 127.710  
Acórdão nº : 202-16.011

|                         |
|-------------------------|
| MIN. DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFERE COM O ORIGINAL  |
| BRASÍLIA 12/01/05       |
| <i>Branca</i>           |
| VISTO                   |

2º CC-MF  
Fl.

No embate analítico a tal impugnação, a Terceira Turma da DRJ em Porto Alegre - RS, à unanimidade, decidiu pelo indeferimento do pleito da interessada, fundamentando, em síntese, que é “*Incabível, por falta de previsão legal, a correção monetária o valor do saldo credor apurado na escrita fiscal.*” (fl. 818).

Inconformada, às fls. 826 e seguintes, interpõe a contribuinte Recurso Voluntário, no qual reprisa seus argumentos de impugnação.

É o relatório.

*M*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13962.000013/00-16  
Recurso nº : 127.710  
Acórdão nº : 202-16.011

|                         |
|-------------------------|
| MIN. DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFER : 12/10/05       |
| BRASÍLIA 12/10/05       |
| BRANCA                  |
| VISTO                   |

2º CC-MF  
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

O Recurso preenche as condições de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

O Recurso, basicamente, versa sobre a seguinte questão, a saber: "... pedido de restituição de IPI, (fl. 01), ..., correspondente à correção monetária de saldo credor de IPI referentes aos períodos de apuração compreendidos entre novembro de 1991 e setembro de 1999." (fl. 819).

A questão ora submetida a este Colegiado, aliás, já foi pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, que por "... esta Corte Superior e pelo distinto Supremo Tribunal Federal, pelo seu caráter uniformizador no trato das questões jurídicas no país, no sentido de que a correção monetária dos créditos escriturais do ICMS é incompatível com o princípio constitucional da não-cumulatividade (art. 155, § 2º, I, da CF/1988), entendimento esse que se aplica ao IPI (art. 153, § 3º, III, da CF/1988), cujos cálculos, também, são meramente contábeis."<sup>1</sup> (destacamos).

Diante do exposto, friso, tomando-se em consideração a remansosa jurisprudência deste Segundo Conselho de Contribuintes, assim como o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e da Corte Suprema sobre a matéria ora em debate, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2004

DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

<sup>1</sup>AGReg no REsp 436.644-RS, Min relator José Delgado, Primeira Turma do STJ, acórdão publicado no DJU, I, de 21/10/2002.